

E-095



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

NUTRICIONISTA - GERAL

Duração: 5h (cinco horas)

Leia atentamente as instruções a seguir:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas
“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecorrível
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advinha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

16. Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

17. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

18. O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas censurar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

19. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

20. A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

21. A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

22. A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

23. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

24. O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma “Respeitosamente”
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25. Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

26. Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na "Faixa de Opções", ao pressionar a guia "Revisão", na "Barra de Menu". A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no *software Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2
11			TOTAL DA LICITAÇÃO =				R\$5.795,00
12							

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função MENOR para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função SE, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza um *notebook Intel* com *Windows 11 BR (x64)*. Nesse *browser*, o atalho de teclado Ctrl + D é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede WAN. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

- um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Durante a admissão hospitalar, pacientes idosos, adultos e pediátricos devem ser submetidos à triagem nutricional como parte do cuidado integral, considerando que esse procedimento visa a orientar a priorização da avaliação nutricional completa e das intervenções necessárias. Nessa perspectiva, a triagem nutricional hospitalar em idosos, adultos e crianças tem como objetivo principal:

- A) calcular gasto energético
- B) identificar ingestão alimentar
- C) definir plano alimentar individualizado
- D) detectar precocemente risco nutricional
- E) estabelecer prescrição dietética definitiva

32. Uma criança em idade pré-escolar encontra-se hospitalizada por condição clínica aguda, com redução da ingestão alimentar habitual, porém com trato gastrointestinal íntegro e funcional. Durante a definição da via de terapia nutricional, a equipe multiprofissional avalia critérios clínicos, funcionais e nutricionais próprios da faixa etária pediátrica. Nessa perspectiva, a escolha da via de terapia nutricional deve considerar, além da condição clínica, o fato de que:

- A) a suspensão da via oral é recomendada em internações independentemente da idade
- B) os parâmetros antropométricos isolados são suficientes para orientar a via de terapia nutricional
- C) a utilização precoce da nutrição parenteral previne déficits nutricionais durante a internação
- D) boas recomendações nutricionais pediátricas podem ser extrapoladas das diretrizes para adultos
- E) as exigências nutricionais modificam-se quantitativa e qualitativamente conforme as etapas de crescimento, a maturação fisiológica e o desenvolvimento funcional da criança

33. Um homem de 48 anos, com obesidade grau II, hipertensão arterial sistêmica e resistência à insulina, é avaliado em ambulatório de nutrição clínica. A análise dietética revela elevada ingestão energética e padrão alimentar rico em gorduras saturadas. Considerando a fisiopatologia da obesidade nesse paciente, a conduta dietoterápica mais adequada fundamenta-se no fato de que o(a):

- A) intervenção dietética é secundária em relação ao tratamento farmacológico
- B) redistribuição isolada de macronutrientes não influencia o risco cardiometabólico
- C) tratamento nutricional deve priorizar restrição calórica severa para rápida redução ponderal
- D) obesidade resulta de desequilíbrio energético crônico associado a alterações metabólicas e inflamatórias
- E) obesidade decorre predominantemente de redução do metabolismo basal independente da ingestão alimentar

34. Uma mulher de 65 anos, portadora de hipertensão arterial sistêmica e dislipidemia, apresenta risco cardiovascular global elevado. No contexto da atuação do nutricionista, a compreensão da relação entre nutrientes e fisiopatologia cardiovascular indica que o(a):

- A) suplementação isolada substitui a necessidade de abordagem dietoterápica
- B) quantidade de componentes dietéticos exercem influência direta sobre resistência vascular, perfil lipídico e inflamação
- C) adequação nutricional tem papel restrito à prevenção primária, não interferindo na evolução clínica de indivíduos com doença cardiovascular estabelecida
- D) intervenção nutricional não influencia desfechos cardiovasculares de longo prazo, tendo efeitos limitados a parâmetros antropométricos e sem repercussão clínica significativa
- E) impacto da alimentação sobre a pressão arterial é irrelevante em indivíduos idosos, uma vez que as alterações hemodinâmicas nessa faixa etária decorrem predominantemente do envelhecimento vascular

35. Durante o acompanhamento nutricional em um serviço ambulatorial, um nutricionista atende dois pacientes com Diabetes Mellitus: um adulto com diabetes tipo 2, em tratamento farmacológico, e uma criança com diabetes tipo 1, em insulinoterapia. A avaliação contempla aspectos fisiopatológicos, dados da avaliação nutricional e a definição da conduta dietoterápica adequada às particularidades de cada caso. Nesse cenário, tem-se que:

- A) a conduta nutricional no diabetes deve ser uniforme, independentemente do tipo da doença e da fase do ciclo vital do paciente diabético
- B) o manejo dietético deve considerar a interação entre ingestão de carboidratos, ação da insulina e necessidades metabólicas individuais
- C) estratégias dietéticas baseadas em restrição severa e generalizada de carboidratos constituem a abordagem central tanto no diabetes tipo 1 quanto no tipo 2
- D) em crianças com diabetes, o controle glicêmico isolado é suficiente, não sendo necessária consideração das demandas de crescimento e desenvolvimento
- E) o papel da alimentação no manejo do diabetes é secundário, uma vez que o controle metabólico depende predominantemente da terapêutica medicamentosa

36. Um idoso de 72 anos apresenta gastrite crônica associada ao uso prolongado de anti-inflamatórios, com episódios de dor epigástrica e náuseas, além de leve perda ponderal. A avaliação nutricional foi realizada considerando estado clínico, sintomas e risco nutricional. Com base nessas informações, verifica-se que a:

- A) adoção de ajustes dietéticos não influenciam o quadro clínico do paciente
- B) eliminação completa de líquidos durante as refeições é obrigatória para reduzir sintomas
- C) suplementação proteica é desnecessária, independentemente da perda ponderal
- D) ingestão de café, condimentos e alimentos ácidos deve ser totalmente eliminada em todas as fases do tratamento
- E) ingestão de pequenas refeições fracionadas, ajustadas à tolerância individual e aliadas à moderação de alimentos potencialmente irritantes, pode contribuir para o controle dos sintomas

37. Um adulto de 55 anos foi diagnosticado com hepatite crônica viral. Na avaliação nutricional, observa-se ingestão proteica insuficiente, leve perda ponderal e sinais iniciais de sarcopenia, com alterações laboratoriais compatíveis com deficiência leve de vitaminas lipossolúveis. Considerando os princípios de avaliação nutricional e dietoterapia em doenças hepatobiliares, tem-se que:

- A) a avaliação nutricional deve priorizar apenas parâmetros antropométricos, sem considerar ingestão dietética ou indicadores bioquímicos
- B) a prescrição dietética deve basear-se exclusivamente no peso corporal atual, sem ajustes para perda de massa magra ou alterações metabólicas
- C) a análise da ingestão alimentar e da função hepática permite identificar deficiências nutricionais subclínicas, orientando estratégias de suplementação e adequação proteica
- D) a suplementação de vitaminas lipossolúveis deve ser aplicada de forma padronizada, sem considerar valores laboratoriais, necessidades nutricionais ou tolerância digestiva individual
- E) ajustes na ingestão proteica e energética devem ser aplicados uniformemente a todos os pacientes com hepatite crônica, independentemente do grau de perda ponderal ou sarcopenia

38. De acordo com as diretrizes do KDOQI (*Kidney Disease Outcomes Quality Initiative*, 2020) sobre a terapia nutricional na Doença Renal Crônica, para um paciente adulto em tratamento conservador (estágios 3 a 5) e metabolicamente estável, a prescrição dietética visando à redução de toxinas urêmicas e o retardo da progressão da doença deve ser de:

- A) livre consumo de proteínas de origem vegetal, visto que o fósforo de fontes vegetais possui absorção intestinal de 98%
- B) 0,55 a 0,60 g/kg de peso ideal ou ajustado por dia, para garantir a redução da carga de solutos nitrogenados
- C) menos de 0,3 g/kg de peso por dia, sem a necessidade de suplementação de cetanoálogos de aminoácidos
- D) 0,8 a 1,0 g/kg de peso por dia, seguindo as recomendações para indivíduos saudáveis da mesma faixa etária
- E) 1,2 a 1,4 g/kg de peso por dia, para prevenir o hipermetabolismo gerado pela uremia persistente

39. Em pediatria, o manejo nutricional da criança vivendo com HIV/AIDS exige atenção ao seu crescimento e ao seu desenvolvimento. Assim sendo, a recomendação energética para crianças sintomáticas com infecções secundárias deve:

- A) consistir na substituição total de gorduras por carboidratos complexos para facilitar a digestão intestinal
- B) basear-se na manutenção rigorosa dos níveis de energia da RDA para idade, para evitar a obesidade infantil
- C) corresponder exclusivamente ao peso de nascimento, ignorando o estágio clínico da infecção pelo HIV
- D) representar uma redução de 20% no aporte calórico para poupar a função hepática sobrecarregada pelos medicamentos
- E) equivaler a um incremento de 50% a 100% acima das recomendações para crianças saudáveis, visando à recuperação ponderal

40. Na avaliação nutricional do paciente idoso com neoplasia, a aplicação da Mini Avaliação Nutricional (MAN) ou da Avaliação Subjetiva Global Produzida pelo Próprio Paciente (ASG-PPP) é recomendada. A principal vantagem da ASG-PPP, nesse grupo, é:

- A) fornecer um diagnóstico definitivo de metástase óssea por meio do escore final
- B) descartar a necessidade de exames bioquímicos de fase aguda como a proteína C-reativa
- C) avaliar exclusivamente a gordura visceral por meio de equações de bioimpedância elétrica
- D) substituir a aferição da circunferência do braço por parâmetros subjetivos de hidratação
- E) detectar precocemente o risco nutricional ao incluir sintomas de impacto gastronômico e a capacidade funcional do paciente

41. Na oncologia pediátrica, o manejo nutricional tem papel fundamental na manutenção do crescimento e na redução de complicações associadas ao tratamento. Em crianças em estado crítico ou com desnutrição grave, o planejamento da oferta energética deve considerar que:

- A) dietas com restrição proteica são indicadas para diminuir a produção de ureia decorrente da lise tumoral
- B) a oferta energética deve permanecer inferior à Taxa Metabólica Basal durante todo o período de quimioterapia
- C) a restrição hídrica para aproximadamente 50% das necessidades facilita a concentração dos nutrientes administrados
- D) a progressão gradual do aporte calórico reduz o risco de Síndrome de Realimentação, exigindo monitoramento de eletrólitos como fósforo e potássio
- E) o alcance imediato da meta calórica total nas primeiras 12 horas reduz de forma significativa a ativação de mecanismos catabólicos celulares associados ao estresse metabólico agudo

42. A Síndrome de Realimentação (*Refeeding Syndrome*) é uma complicação metabólica grave que pode ocorrer no paciente crítico. O seu principal marcador bioquímico inicial consiste na queda sérica abrupta de:

- A) ureia
- B) sódio
- C) fosforo
- D) creatinina
- E) manganês

43. Uma criança de 6 anos, residente em área com insegurança alimentar, apresenta histórico de dieta pobre em alimentos de origem animal e em vegetais de coloração verde-escura. Durante avaliação em unidade básica de saúde, a mãe relata dificuldade da criança em enxergar ao entardecer. Contudo, não se verifica alterações oculares estruturais evidentes ao exame inicial. Considerando a fisiopatologia da deficiência de vitamina A e a progressão da xerofthalmia, a primeira manifestação funcional detectável é o(a):

- A) aparecimento das Manchas de Bitot na conjuntiva bulbar
- B) cegueira noturna por comprometimento da síntese de rodopsina
- C) opacificação corneana irreversível associada à necrose epitelial e ao amolecimento do estroma ocular
- D) ceratomalácia com liquefação gelatinosa progressiva, perfuração da túnica fibrosa e extrusão do humor
- E) hiperqueratose folicular em superfícies extensoras dos membros por metaplasia escamosa dos folículos pilosos

44. O diagnóstico das doenças carenciais está relacionado à compreensão das funções bioquímicas específicas dos nutrientes e de suas repercussões clínicas e laboratoriais. No contexto da fisiopatologia das vitaminas e dos minerais, a correlação entre nutriente e manifestação clínica ou laboratorial consiste em:

- A) vitamina D (Calciferol): sua deficiência crônica em idosos associa-se à redução da absorção intestinal de cálcio e ao desenvolvimento de osteomalácia, com prejuízo da mineralização óssea
- B) selênio: componente estrutural da enzima glutatona peroxidase; sua deficiência severa está primariamente ligada à cegueira noturna e à xerofthalmia em populações pediátricas vulneráveis
- C) vitamina B2 (Riboflavina): integrante das coenzimas FAD e FMN; sua carência grave em adultos manifesta-se pela tríade clássica de dermatite fotossensível, diarreia profusa e demência progressiva
- D) iodo: mineral essencial para a síntese dos hormônios tireoidianos; sua carência em gestantes resulta no cretinismo bócio-endêmico, caracterizado por hiperatividade neuromuscular e crescimento estatural acelerado
- E) vitamina B12 (Cobalamina): atua como cofator essencial na conversão da homocisteína em metionina. Sua deficiência compromete a maturação nuclear das células hematopoéticas, sendo identificada laboratorialmente pela presença de anemia microcítica

45. Um idoso de 72 anos, portador de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), apresenta dispnéia aos pequenos esforços, perda ponderal não intencional e redução de força muscular periférica. Na avaliação nutricional desse paciente, observa-se que o(a):

- A) avaliação nutricional deve restringir-se ao peso corporal e à estatura
- B) composição corporal não interfere na evolução clínica das pneumopatias crônicas
- C) aumento do índice de massa corporal é sempre indicativo de bom prognóstico nutricional
- D) ingestão energética elevada agrava a função pulmonar em todos os estágios da doença
- E) perda de massa magra pode ocorrer mesmo na presença de peso corporal aparentemente preservado

46. Durante o atendimento nutricional de um paciente com fibrose cística, a nutricionista avalia a necessidade de adequação da distribuição de macronutrientes com base no Valor Energético Total (VET). Para tanto, considera-se o aumento do gasto energético, a redução do quociente respiratório e a presença de insuficiência pancreática exócrina. Nesse contexto, a proporção média de lipídios em relação ao VET indicada pela dietoterapia é:

- A) 35% a 40% do VET, favorecendo maior densidade calórica e menor produção de CO₂
- B) 10% a 15% do VET, com predomínio de carboidratos para compensar o *déficit* energético
- C) restrição lipídica rigorosa abaixo de 15% do VET, como estratégia para controle da esteatorreia
- D) distribuição lipídica variável, independente do Valor VET, definida exclusivamente pela tolerância gastrointestinal
- E) 20% a 25% do Valor Energético Total (VET), priorizando equilíbrio entre macronutrientes sem aumento significativo da densidade energética

47. Um homem de 48 anos, com diagnóstico recente de gota e histórico de hiperuricemia recorrente, procura atendimento nutricional após apresentar crises articulares frequentes, apesar do uso de terapia medicamentosa. Durante a consulta, o paciente relata consumo habitual de carnes vermelhas, bebidas adoçadas industrializadas e baixo consumo de alimentos *in natura*. No planejamento dietoterápico, além da orientação para reduzir a ingestão de purinas de origem animal, as evidências científicas atuais indicam que deve ser desencorajado o consumo de:

- A) vitamina C, por inibir a excreção renal de urato
- B) laticínios desnatados, pois aumentam o ácido úrico sérico
- C) bebidas açucaradas com frutose, pois estimulam a síntese de purinas de novo
- D) café, por possuir estrutura química idêntica aos cristais de monossódio de urato
- E) leguminosas, por conter purinas predominantemente de origem vegetal, cuja biodisponibilidade e impacto metabólico diferem das purinas animais

48. Em um ambulatório de nutrição pediátrica, um lactente é avaliado depois de apresentar manifestações clínicas logo após a ingestão de fórmula à base de leite de vaca. Considerando a fisiopatologia da Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) mediada por IgE, a forma clássica de apresentação dessa condição caracteriza-se por ocorrência:

- A) restrita ao trato gastrointestinal, com quadro de má absorção crônica de lipídios
- B) imediata, manifestando-se em minutos a poucas horas após a ingestão, com urticária, angioedema ou anafilaxia
- C) assintomática, sendo identificada apenas por testes de exclusão alimentar prolongados e acompanhamento clínico criterioso
- D) tardia, geralmente após 48 horas do consumo, com predomínio de proctocolite alérgica e presença de sangue nas fezes
- E) relacionada à deficiência congênita da enzima lactase no enterócito, sem participação imunológica ou mecanismo alérgico envolvido

49. Um paciente de 58 anos, sexo masculino, apresenta-se ao ambulatório de nutrição clínica 4 meses após quadro grave de COVID-19 que exigiu ventilação mecânica por 12 dias. Sua queixa principal é uma fadiga extenuante que não melhora com o repouso (fadiga crônica), acompanhada de mialgia e rápida exaustão ao realizar atividades domésticas leves. Exames laboratoriais descartam anemia ou disfunções tireoidianas, sugerindo, assim, que o quadro de "COVID longa", nesse paciente, esteja associado ao estresse oxidativo e à disfunção mitocondrial. No planejamento da dietoterapia adjuvante, o nutricionista considera a suplementação de um nutriente que atua especificamente como um transportador móvel lipossolúvel, mediando a transferência de elétrons entre os Complexos I e II para o Complexo III da cadeia respiratória, visando otimizar a bioenergética celular. Este nutriente é a:

- A) coenzima Q10 (Ubiquinona), transportador móvel e lipossolúvel da membrana mitocondrial interna, responsável por conectar o fluxo de elétrons entre os complexos respiratórios
- B) tiamina (Vitamina B1), que atua como cofator na descarboxilação oxidativa do piruvato, participando do ciclo de Krebs, mas sem função de transporte eletrônico na membrana interna
- C) riboflavina (Vitamina B2), que atua como precursora de grupos prostéticos (FMN e FAD) covalentemente ligados ou integrados às desidrogenases, sem atuar como transportador livre entre complexos
- D) vitamina E (Alfa-tocoferol), que atua como o principal antioxidante lipossolúvel das membranas, protegendo os lipídios contra a peroxidação, sem participar do transporte de elétrons na cadeia respiratória
- E) vitamina K2 (Menaquinona), que atua como cofator essencial para a enzima gama-glutamil carboxilase, promovendo a ativação de proteínas dependentes de carboxilação, como a osteocalcina e a proteína Gla da matriz (MGP), fundamentais para a homeostase do cálcio e regulação da cascata de coagulação

50. Durante a avaliação nutricional de uma criança com múltiplas restrições alimentares por alergias, observa-se como indicador clínico mais sensível para detectar precocemente o comprometimento do estado nutricional o(a):

- A) dosagem de albumina sérica
- B) aferição da prega cutânea tricótipal isolada
- C) velocidade de crescimento e ganho ponderal
- D) cálculo do IMC para idade em uma única aferição
- E) circunferência da cabeça em crianças maiores de 5 anos

PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

Orientações:

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **3 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando a resposta incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **10 (dez) pontos**.

QUESTÃO Nº 1

Um homem de 45 anos busca atendimento nutricional apresentando peso de 116 kg e estatura de 1,80 m. Ao exame físico, observa-se uma circunferência abdominal de 114 cm. O paciente relata sedentarismo e histórico familiar de doenças cardiovasculares. Com base nos dados antropométricos e nos conhecimentos sobre a obesidade, elabore um texto abordando:

- A) O cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) com sua respectiva classificação diagnóstica, conforme os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS);
- B) A explicação de como o tecido adiposo visceral contribui para a manutenção de um estado inflamatório sistêmico de baixa intensidade;
- C) A definição da meta de perda de peso recomendada para os primeiros 6 meses de tratamento e a distribuição percentual de macronutrientes indicada para uma dieta hipocalórica equilibrada.

QUESTÃO Nº 2

Caso Clínico: Paciente do sexo masculino, 82 anos, hipertenso e diabético de longa data, apresenta-se para acompanhamento nutricional. Relata cansaço, edema de membros inferiores e redução do apetite. Exames laboratoriais indicam: Creatinina: 1,8 mg/dL; Ritmo de Filtração Glomerular Estimado (RFG_e): 32 mL/min/1,73m² (Estágio G3b); Potássio: 5,6 mEq/L; Fósforo: 5,2 mg/dL. O peso atual é de 68 kg, com histórico de perda ponderal não intencional de 4 kg nos últimos 3 meses.

Questão: Considerando a fisiopatologia renal no idoso e o manejo dietoterápico da Doença Renal Crônica (DRC), disserte sobre:

- A) Como as alterações fisiológicas renais do envelhecimento, somadas às comorbidades (DM e HAS), contribuem para a redução da filtração glomerular observada no paciente;
- B) A interpretação do estado nutricional e renal do paciente, justificando por que a creatinina sérica isolada pode não refletir fielmente a função renal em idosos com perda de massa muscular;
- C) As condutas dietoterapêuticas prioritárias no estágio atual da doença (conservador), com foco na recomendação proteica e nas orientações para controle do potássio e fósforo dietéticos.

QUESTÃO Nº 3

Uma criança lactente, com 14 meses de idade, encontra-se internada apresentando diarreia crônica e perda ponderal de 10% no último mês. Ao exame físico, observa-se apatia e edema de extremidades. Considerando a necessidade de realização da triagem nutricional nas primeiras 24 horas de internação:

- A) indique uma ferramenta de triagem nutricional validada para a população pediátrica;
- B) explique a fisiopatologia do edema nos quadros de desnutrição grave;
- C) descreva a conduta dietoterápica inicial indicada para prevenção da síndrome de realimentação.

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO